

O projeto ético-político do Serviço Social

Joaquina Barata Teixeira

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA

Marcelo Braz

Professor Adjunto da Escola de Serviço Social - UFRJ

O projeto ético-político do Serviço Social

Introdução

O texto que apresentamos a seguir traz ao leitor um estudo sobre o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Para desenvolvê-lo, dividimos a exposição teórica em três momentos que detêm unidade metodológica entre si. A subdivisão do texto se dá pela preocupação de tornar seu desenvolvimento mais compreensível, buscando torná-lo mais didático.

O leitor encontrará aqui os seguintes tópicos: 1) A natureza dos projetos como finalidades (teleologia) concebidas e voltadas para uma determinada atividade; 2) O projeto ético-político como expressão das mediações existentes entre projetos societários e projetos profissionais; 3) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, sua constituição histórica, seu estado atual e seus desafios futuros.

No primeiro tópico, discutiremos a natureza das projeções sócio-humanas como pressuposto para se pensar as práticas sociais em suas diversas modalidades. No segundo tópico, estudaremos a própria noção de projeto ético-político, abordando suas relações com os projetos societários. Por fim, apresentaremos o projeto profissional brasileiro, conhecido entre nós por projeto ético-político, a partir do seu surgimento e desenvolvimento histórico, seus aspectos atuais e os principais desafios postos a ele a partir da identificação das mais relevantes questões presentes na sociedade contemporânea.

1 A natureza dos projetos societários, dos projetos coletivos e suas inter-relações

Tanto os projetos societários quanto os projetos coletivos vinculam-se a práticas e atividades variadas da sociedade. São as próprias práticas/atividades que determinam a constituição dos projetos em si.

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais ou coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais).

As necessidades humanas, constituídas e desenvolvidas ao longo do desenvolvimento sócio-histórico do ser social, levam a humanidade a um processo interminável de busca de sua autorreprodução, estabelecendo, assim, um mundo prático-material composto de várias atividades e práticas distintas. A constituição desse mundo prático-material desencadeia um conseqüente e necessário mundo prático-ideal, que reproduz o primeiro no campo das idéias.

Neste universo sócio-humano, que tem o trabalho como atividade fundante, um conjunto de práticas (ou atividades) são desencadeadas historicamente. Compõe-se, então, um mundo cada vez mais complexo e mediado, formado por diversas modalidades de práticas/atividades que se originam tanto do mundo prático-material quanto do mundo prático-ideal. Isto significa dizer que quanto

mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social

desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 43).

Desta forma, temos diversas formas de prática: prática política, prática artística, prática produtiva e as diversas formas de prática profissional, todas elas relacionadas em última instância à prática produtiva (ao mundo prático-material) na qual os homens, através do *trabalho* como “objetivação fundante e necessária do ser social” (Idem), transformam a natureza, obtendo dela os meios necessários a sua vida material. Essa transformação se opera no mundo da produção social a partir da qual os homens (re)produzem relações sociais mais ou menos complexas – a depender das condições históricas nas quais se desenvolvem – que se dão na esfera da reprodução social. Tais relações, calcadas no suprimento (na sua busca) de necessidades sociais concretas, envolvem o conjunto das práticas sócio-humanas desencadeadas historicamente.

Nessa incessante dinâmica da história, os homens vão tornando cada vez mais complexas suas relações e cada vez mais mediadas suas formas de vida social, o que equivale a dizer que eles vão criando, cada vez mais, formas de objetivação na realidade, as quais podemos chamar de *práxis*. No desenvolvimento histórico do ser social, conhecemos duas formas de *práxis*: aquelas “voltadas para o controle e a exploração da natureza e [aquelas] voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens”, que é o que peculiariza a *práxis* profissional. Portanto,

os produtos e obras resultantes da *práxis* podem objetivar-se *materialmente e/ou idealmente*: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer (Idem, p. 43-44).

Essas diversas formas de prática trazem em si *projeções individuais e coletivas*, desenvolvidas pelos diversos sujeitos individuais e coletivos, que participam dos variados interesses sociais. No caso do Serviço Social, tanto no plano ideal (das ideias) quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.). Assim é que vão se afirmando uns ou outros valores, umas ou outras diretrizes profissionais que, ao assumirem dimensões coletivas, ou seja, ao conquistarem segmentos expressivos do corpo profissional, passam a representar para parcelas significativas da profissão a sua verdadeira “auto-imagem” (NETTO, 1999), adquirindo então a condição de projeto profissional.

Tal identidade coletiva que o projeto profissional suscita surge em meio aos contraditórios interesses de classe que determinam o Serviço Social. Por isso, ele só pode ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário.

2 Projetos Societários, Projetos Profissionais e o Projeto Ético-Político do Serviço Social¹

Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política, como dissemos anteriormente. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, *também*, projeto político: ou projeto político-profissional. Detém, como dissera Iamamoto (1992) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes.

¹ A partir daqui, desdobramos alguns conteúdos que estão presentes em Braz (2001).

Ainda que a prática profissional do(a) assistente social não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais – através das quais, como foi dito, incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens –, balizadas pelo projeto profissional que a norteia. Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional² põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de

² A dimensão política da prática profissional foi discutida por Yamamoto (1992) em *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*.

supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica³. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios.

Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o *projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero*. (NETTO, 1999, p. 104-5).

³ Para a compreensão da Ética no processo sócio-histórico, vale conferir o ótimo livro de Lúcia Barroco (2001), *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*.

2.1 Elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social

A partir das problematizações anteriores, poderíamos chegar a algumas conclusões acerca do nosso projeto ético-político profissional. Com Netto, o definiríamos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (1999, p. 95).

Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “*uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.*” (Idem, p. 98). Num exercício de sistematização, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;

d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Todos esses elementos constitutivos têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade. Ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais. São eles:

a) a *produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teórico-críticas do pensamento social já mencionadas. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem;

b) as *instâncias político-organizativas da profissão*, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva,

permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior;

c) a *dimensão jurídico-política da profissão*, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. Há nessa dimensão duas esferas distintas, ainda que articuladas, quais sejam: um aparato jurídico-político estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembléia Nacional da ABEPSS em 1996 e aprovado, com substanciais e prejudiciais alterações, pelo MEC. No segundo caso, temos o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que, embora não exclusivo da profissão, a ela diz respeito tanto pela sua implementação efetiva tocada pelos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação (pense na área da saúde e na LOS – Lei Orgânica da Saúde – ou na assistência social e na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social – ou, ainda, na área da infância e juventude e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), quanto pela participação decisiva que tiveram (e têm) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis.

É a partir e por meio desses componentes que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político. Isso nos possibilita afirmar que são esses componentes que permitem – junto a tantos outros fatores que incidem sobre o universo profissional – a efetivação histórico-concreta dos quatro elementos supracitados, uma vez que são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las

também, e tomando o projeto ético-político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais.

Isto *não* quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade. E por que isto ocorre? Para responder a essa questão, devemos realizar duas reflexões. A primeira: é preciso lembrar o que problematizamos na primeira parte deste texto, quando discutimos a natureza dos projetos e das atividades que caracterizam o agir sócio-humano. Ali afirmamos que *não há uma relação de identidade* entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente. O que não se dá por uma questão de mau planejamento das ações, por incompetência ou mesmo por algum problema de caráter, mas acontece porque há uma *relação não identitária* entre consciência e ação ou, se preferirmos, entre sujeito e objeto. Ainda que não haja ação (prática) sem teleologia, ou seja, sem projeção de finalidades (sem antecipação ideal de resultados), o resultado prático, a transformação que operamos na realidade através de nossas ações, é sempre distinta do que pré-visualizamos em nosso pensamento, do que prevíamos como ideal em nossas consciências. Isto significa que as ações são sempre inconsequentes? Não, em absoluto! Significa que a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar. Significa também que não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende *apenas* de nossos atos e de nossas ações. Significa, em alusão a Marx, que a história é feita pelos homens, mas em condições que estão predeterminadas a eles.

A segunda reflexão se relaciona com a primeira, pois incide sobre a relação entre pensamento e ação, consciência e prática. Devem lembrar os nossos leitores que o projeto ético-político possui determinados elementos constitutivos e que eles formam o corpo de identidades que fornecem aquilo que José Paulo Netto chamou de “auto-imagem da profissão”. Pois bem, se você foi um leitor atento deve se recordar que tais identidades estão vinculadas a valores e princípios muito claros, que se reconhecem através de conceitos os mais diversos. Recapitulemos. Páginas atrás, quando estudávamos os

elementos constitutivos e os princípios que norteiam o projeto ético-político, mencionamos a questão da igualdade, da liberdade, da democracia, do pluralismo, da recusa da sociedade do capital, das lutas políticas contra ela e suas iniquidades, etc. Se o leitor pensar bem no que representam esses valores, não tardará a perceber que eles são estranhos ao mundo em que vivemos, saberá que a consecução *plena* deles é incompatível com a sociedade capitalista. Ora, se isto é verdade, como os assistentes sociais puderam construir um projeto profissional tão antagônico com a realidade em que vivemos? Trata-se de um puro idealismo da categoria? Claro que não!

A partir das contradições de classes que determinam a profissão – e daí a dimensão política da prática profissional, da qual falamos anteriormente –, os(as) assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política – o que significa afirmar que tal democracia é um pressuposto para a própria existência do projeto ético-político –, escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

É preciso ter a clareza absoluta do que isso significa para não incorrer, novamente como diz Iamamoto (1992), nem no voluntarismo político-profissional para o qual basta a boa vontade e um ideal para se transformar a realidade e nem no fatalismo para o qual não há alternativas na realidade, pois ela seria um dado factual e imutável. Mais ainda: é necessária a mesma clareza para se compreender as dificuldades que estão postas cotidianamente para os(as) assistentes sociais em suas variadas inserções profissionais.

Diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais (tanto os que atuam na prática profissional, quanto aqueles ligados às unidades de ensino) que sustentam a “inviabilidade” do projeto ético-político. Em geral, argumentam que o projeto apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados. Nada mais falso! Só uma visão pobre de análises pode sustentar tais argumentos. Mesmo diante das adversidades (e até mesmo contra elas!) é que devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrentá-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação. Na última parte deste texto, veremos alguns dos desafios que estão postos para o projeto ético-político do Serviço Social nesta primeira década do século XXI.

3 Os desafios ao projeto ético-político na entrada do século XXI

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

Pode-se localizar aí a *gênese do projeto ético-político*, na segunda metade da *década de 1970*. Esse mesmo projeto *avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado* pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão *na década que transcorre*.

O avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, entre eles, o Código de Ética de 1986. Nele tivemos o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, (através do órgão de fiscalização do exercício profissional, o CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ideopolíticos do que um Código de Ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo⁴. Mas, por outro lado, ao demarcar seus compromissos, mais que explicitamente, não deixava dúvidas de “qual lado” estávamos. Nesta mesma década, aferem-se também avanços em torno do projeto no que tange à produção teórica que dá saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação, tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 1990, que explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações), que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época, também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos CBASs dos anos 1990, que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais.

⁴ Ver Bonetti et alli (1996).

A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional⁵. Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as “expressões ideoculturais da crise capitalista” na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante.

Mas a ofensiva do capital não se resume ao neoliberalismo e à pós-modernidade. Ela articula um conjunto de estratégias que foram desencadeadas a partir dos anos 70 e atendem primordialmente aos imperativos de manutenção das taxas de lucros dos monopólios que, por meio de verdadeiras oligarquias financeiras e econômicas, controlam os rumos do modo de produção capitalista. O esgotamento da fase áurea do capitalismo – denominada por Hobsbawn como os “anos dourados”, precisamente aqueles que compreenderam o imediato pós-guerra em 1945 e se estenderam até a entrada dos anos 1970 – abriu uma crise estrutural que teve como principal desdobramento exatamente a queda das taxas médias de lucros dos grupos monopolistas e uma generalizada e significativa redução dos padrões de crescimento econômico experimentados naqueles anos. A busca pela “restauração do capital” – oportuna expressão de Braga (1996) – se dirigiu para todos os setores que passaram a inibir a acumulação do capital: ela se deu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura.

⁵ Os desafios ao projeto ético-político contemporâneo são problematizados em vários estudos, entre eles destacamos o de Netto (1996 e 1999, *op.cit.*) e o de Iamamoto (1998). Vale consultar o estudo de Soares Santos (2000) intitulado *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*, ESS/UFRJ, Rio de Janeiro.

A partir de reordenações nas formas e nos meios de produzir a riqueza, trazendo mudanças tecnológicas e inovações técnicas que alterariam o mundo da produção do capital, modificam-se os padrões de acumulação vigentes que passaram a intensificar a centralização do capital, ampliando o poder das oligarquias financeiras. Esse quadro exigiu alterações político-institucionais nos Estados nacionais e o enfraquecimento do poder de fogo da classe trabalhadora. As consequências foram a piora das condições gerais de vida das classes trabalhadoras com a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para tanto, a burguesia teve que operar significativas transformações nos aparatos do Estado, que foi progressivamente capturado pelas forças do grande capital internacional, hegemônico pelo capital financeiro. Este conjunto de modificações foram as respostas do capital à sua própria crise. Tais respostas funcionaram “como uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214).

Para o Serviço Social, os desdobramentos não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários da profissão quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como as de todos os trabalhadores. Como tais alterações capitalistas só chegaram fortemente no Brasil a partir dos anos 1990, foi nesta década que passamos a sentir os impactos dessas estratégias capitalistas. Contraditoriamente, foi nesta década que o projeto ético-político se consolidou. Isto se deu por duas razões principais, intimamente articuladas: primeiro, o processo de renovação do Serviço social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimentos), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos

avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizada por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva para o avanço do projeto ético-político.

Como, conforme sustentamos nesse texto, o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Referências

ABEPSS. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, ano I, n. 1, jan./ jun. 2000.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

CEAD/CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília, CEAD, 1999.

BONETTI, D. A. et al. *Serviço Social e Ética*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político. In: *Assistente Social: Ética e Direitos*. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996. (Coletânea de leis e resoluções).

_____. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 78, jul. 2004.

CRESS 7ª R. *Assistente Social: Ética e Direitos*. 3 ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 2001. (Coletânea de Leis e Resoluções).

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEVY, N. Uma reinvenção da ética socialista. In: BIGNOTTO, N. et al. *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1.)

SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATO, I. *As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade*. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

TEIXEIRA, J. B. *Serviço Social e projeto ético-político profissional no cenário atual*. Belém: CRESS 1ª R. (mimeo), 2003.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Z Aidan Filho, M. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papirus, 1989.